

**Concessionária
Rota do Oeste S.A.**

**Demonstrações contábeis intermediárias e
relatório de revisão dos auditores independentes**

Em 30 de junho de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da administração às informações intermediárias de 30 de junho de 2015	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
São Paulo – SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

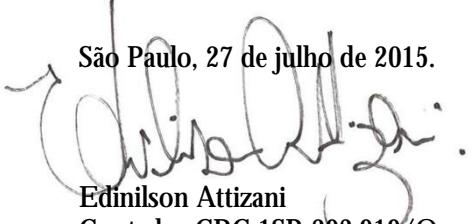
Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias.

Outros assuntos**Auditória e revisão dos valores correspondentes**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas e revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 25 de março de 2015, não continha ressalva. As demonstrações contábeis referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins comparativos, não foram examinadas e/ou revisadas.

São Paulo, 27 de julho de 2015.



Ednilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e de 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	241	250
Aplicações financeiras	7	5.580	159.885
Tributos a recuperar	-	3.529	3.365
Despesas antecipadas	8	7.963	7.525
Outros ativos	-	1.212	434
Total do ativo circulante		18.525	171.459
 Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	26.576	12.177
Despesas antecipadas	8	3.989	4.766
Depósito judicial	-	792	-
Partes relacionadas	10	4	106
Total do ativo não circulante		31.361	17.049
Imobilizado	11	3.726	3.594
Intangível	12	889.776	568.436
		893.502	572.030
 Total do ativo		943.388	760.538

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e de 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	30/06/2015	31/12/2014
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	604.782	77.532
Fornecedores	14	133.590	11.429
Obrigações sociais e trabalhistas	15	6.133	4.471
Tributos a pagar	-	2.598	3.432
Outros passivos	16	5.715	6.613
		752.818	103.477
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	439.903
Fornecedores	14	2.159	795
		2.159	440.698
Patrimônio líquido			
Capital social	18 (a)	240.000	240.000
Prejuízos acumulados		(51.589)	(23.637)
		188.411	216.363
Total do passivo e do patrimônio líquido		943.388	760.538

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do resultado para os períodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	19	333.157	81.081
Custo dos serviços	20	(333.157)	(81.081)
Lucro bruto			
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(40.973)	(6.418)
Outras (despesas) receitas, líquidas	-	(65)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(41.038)	(6.418)
Receitas financeiras	22	5.185	4.951
Despesas financeiras	22	(6.498)	(3)
Resultado financeiro, líquido		(1.313)	4.948
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(42.351)	(1.470)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	14.399	249
Prejuízo do semestre		(27.952)	(1.221)
Prejuízo básico por lote de mil ações no fim do semestre - R\$	24	(116,47)	(5,09)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2015 e de 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013	1	-	-	1
Prejuízo do semestre			(1.221)	(1.221)
Aumento de capital	239.999	(50.441)		189.558
Em 30 de junho de 2014	240.000	(50.441)	(1.221)	188.338
Em 31 de dezembro de 2014	240.000	-	(23.637)	216.363
Prejuízo do semestre	-	-	(27.952)	(27.952)
Em 30 de junho de 2015	240.000	-	(51.589)	188.411

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	(42.351)	(1.470)
Ajustes		
Depreciação e amortização	3.582	123
Perda na baixa do intangível	198	-
Juros e variações monetárias, líquidas	1.415	-
	(37.156)	(1.347)
Variações nos ativos e passivos		
Despesas pagas antecipadamente	(8.623)	(9.680)
Tributos a recuperar	(164)	(1.244)
Partes relacionadas	102	-
Outros ativos	(778)	(215)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.662	1.698
Fornecedores	(9.112)	18.185
Tributos a pagar	(834)	335
Outros passivos	(898)	9.987
Caixa gerado nas operações	(55.801)	17.719
Juros pagos no financiamento	(5.069)	-
	(60.870)	17.719
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	159.292	(62.143)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(565)	(2.547)
Adições ao intangível	(172.866)	(142.260)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.139)	(206.950)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	150.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.000)	-
Aumento de capital	-	189.558
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos	75.000	189.558
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(9)	327
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	250	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	241	328
Variação de caixa do semestre	(9)	327

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da administração às informações intermediárias de 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013 como sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, com prazo de duração correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (“ANTT” ou “Poder Concedente”). O procedimento licitatório foi promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 003/2013 da 3ª Etapa das Concessões de Rodovias Federais – Fase III, Lote 7, tendo como objetos social:

- (i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (“Sistema Rodoviário”);
- (ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

Em 2014 a participação acionária na proporção de 100% do capital da Companhia deixou de ser detido pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”), passando a ser subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), em razão da reestruturação societária com a criação de uma estrutura própria para a gestão dos ativos de rodovias. A Companhia está em fase pré-operacional.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”).

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 27 de julho de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos adotados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 30 de junho de 2015, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 7).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 30 de junho de 2015, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Outros ativos" (Nota 6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros apropriar e custo de transação com financiamentos, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado.

e) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

h) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizada nas operações da Companhia, estes ativos serão amortizados após o início das atividades previsto para agosto de 2015 e o critério de amortização seguirá pela curva de demanda.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor.

j) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, com base na taxa efetiva.

k) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l) Reconhecimento de receita

(i) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira (Nota 7).

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. A contribuição da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 33.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

n) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 1.943 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.481).

o) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2015 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudesse justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 30 de junho de 2015		
Fornecedores	133.590	2.142
Empréstimos e financiamentos	604.782	-
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	-	439.903

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	604.782	517.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(241)	(250)
Aplicações financeiras (Nota 6)	(5.580)	(159.885)
Dívida líquida	598.961	357.300
Total do patrimônio líquido	188.411	216.363
Total do capital	787.372	573.663
Índice de alavancagem financeira - %	76	62

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa			241	250
Aplicações financeiras	5.580	159.885		
Partes relacionadas			4	106
Outros ativos			4	434
	5.580	159.885	249	790
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			604.782	517.435
Fornecedores			135.749	12.224
Outras obrigações			-	4.471
	740.531			534.130
Outros passivos financeiros				
	30 de junho de 2015		31 de dezembro de 2014	

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	223	240
	241	250

7. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2015, a Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

8. Despesas antecipadas

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	8.434	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	3.518	5.137
	11.952	12.291
Menos: Ativo circulante	(7.963)	(7.525)
Ativo não circulante	3.989	4.766

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Outras diferenças temporárias	10.428	2.577
Resultado pré-operacional	27.972	14.035
Custo de transação	(11.824)	(4.435)
	26.576	12.177
Tributos diferidos líquidos		
Ativo fiscal diferido - não circulante	38.400	16.612
Passivo fiscal diferido - não circulante	(11.824)	(4.435)
	26.576	12.177

(*) Conforme projeções de resultados preparadas pela administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 30 de junho de 2015, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	4.037	4.497
2017	4.037	1.920
2018	4.037	1.920
2019	4.037	1.920
2020	10.428	1.920
	26.576	12.177

10. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Fornecedores (*)		115.694
Odebrecht Global S.A. (OG)	4	
Em 30 de junho de 2015	4	115.694
Em 31 de dezembro de 2014 (**)	106	

(*) O montante de R\$ 115.677 refere-se a serviços prestados de engenharia e construção da BR 163/MT, pela Odebrecht Global S.A. R\$ 17, refere-se a prestação de serviços em software de gestão financeira (MwD), pela Odebrecht Ambiental;

(**) Saldo refere-se a despesas administrativas compartilhadas que são reembolsos através de nota de débito junto a OG.

11. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Custo	145	579	530	1.498	1.597	4.349
Baixa líquida	-	-	-	(29)	-	(29)
Depreciação/exaustão acumulada	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.264	1.158	3.594
Aquisições	191	139	38	250	57	675
Depreciação/exaustão	(14)	(72)	(33)	(151)	(273)	(543)
Saldo contábil	316	602	503	1.363	942	3.726
Custo	336	718	568	1.748	1.657	5.027
Depreciação/exaustão acumulada	(20)	(116)	(65)	(385)	(715)	(1.301)
Saldo em 30 de junho de 2015	316	602	503	1.363	942	3.726
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	(*)	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

12. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	-	15.556	554.391	176	570.123
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.935	166	568.436
Aquisições	242	-	324.187	-	148	324.577
Transferências	180.775	4.474	10.543	(195.792)	-	-
Amortização	(1.437)	(336)	(1.243)	-	(23)	(3.039)
Baixas, líquidas de amortização	-	(181)	-	-	(17)	(198)
Saldo contábil	189.996	7.852	23.324	668.330	274	889.776
Custo	191.541	8.406	26.100	668.330	325	894.702
Amortização	(1.545)	(554)	(2.776)	-	(51)	(4.926)
Saldo em 30 de junho de 2015	189.996	7.852	23.324	668.330	274	889.776
Taxas anuais de amortização (%) (*)				20		

(*) Os demais intangíveis serão amortizados de acordo com o prazo do contrato de Concessão até o início das operações das praças de pedágio. A partir desta data o critério de amortização será pela curva de tráfego.

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

13. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A.(a)	R\$	DI + 2,3%	-	77.709
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,00%	613.873	444.650
Custos de captação a amortizar	R\$	-	(9.091)	(4.924)
			604.782	517.435
(-) Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos ABC S.A.(a)				77.532
Empréstimos BNDES			604.782	77.532
Passivo não circulante				
Empréstimos BNDES				439.903
Passivo não circulante				439.903
			604.782	517.435

(a) Banco ABC S.A.

Em 12 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000, que foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,3% a.a.

Em 20 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

(b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios. A Companhia não gerou direitos creditórios por estar em fase pré-operacional.

14. Fornecedores

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Serviços de subempreiteiros	122.257	5.440
Serviços de consultoria	698	1.741
Prestação de serviços	4.632	2.163
Compra de materiais	8.121	2.078
Outros	41	802
	135.749	12.224
Menos: Passivo circulante	(133.590)	(11.429)
Passivo não circulante	2.159	795

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Obrigações sociais e trabalhistas	4.190	1.990
Participação nos lucros e resultados	1.943	2.481
	6.133	4.471

16. Outros passivos

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	4.126	3.947
Provisão de verbas contratuais	1.005	2.147
Verba de fiscalização	560	519
Outras contas a pagar	24	-
	5.715	6.613

17. Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 313 em 30 de junho de 2015.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 240.000, está representado por 240.000.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela ODB.

19. Receita

A Companhia reconheceu, nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 o montante de R\$ 333.157 e R\$ 81.081, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão, o início da cobrança de pedágio está condicionada ao atingimento de 10% das obras previstas para agosto de 2015, conforme plano de infraestrutura Nota 1.

20. Custos

O montante de R\$ 333.157 e R\$ 81.081 nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, respectivamente, refere-se aos custos de obra de infraestrutura reconhecidos tomando por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

21. Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Salários e encargos	(11.636)	(1.817)
Serviços de terceiros	(13.212)	(935)
Gastos gerais	(16.125)	(3.666)
	(40.973)	(6.418)

22. Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.403)	-
Outras	(95)	(3)
	(6.498)	(3)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.988	4.944
Outras	197	7
	5.185	4.951

23. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2015	2014
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(42.351)	(1.470)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	14.399	500
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	-	-
Outros	-	(251)
Total de IR e CSLL diferidos	14.399	249

24. (Prejuízo) lucro por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os semestres findos em 30 de junho.

	2015	2014
Prejuízo do semestre	(27.952)	(1.221)
Quantidade média ponderada de ações	240.000	240.000
Prejuízo básico por lote de mil ações	(116,47)	(5,09)

25. Seguros

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	1.000

* * *